

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 74.533.787/0001-93  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 1,3 milhão, correspondente a R\$ 10,52 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 27,7 milhões e Ativos Totais de R\$ 29,5 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2014	2013	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>29.138</b>	<b>31.749</b>	
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	47	16	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	27.868	30.718	
Carteira Própria.....	27.325	30.228	
Vinculados à Prestação de Garantias.....	543	490	
OUTROS CRÉDITOS.....	1.223	1.015	
Diversos (Nota 6).....	1.223	1.015	
OUTROS VALORES E BENS.....	-	-	
Outros Valores e Bens.....	39	67	
Provisões para Desvalorizações.....	(39)	(67)	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>394</b>	<b>305</b>	
OUTROS CRÉDITOS.....	394	305	
Diversos (Nota 6).....	394	305	
<b>TOTAL</b> .....	<b>29.532</b>	<b>32.054</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2014	2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>1.523</b>	<b>2.879</b>	<b>16.059</b>
Operações de Crédito.....	3	3	5
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	1.520	2.876	16.054
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>1.523</b>	<b>2.879</b>	<b>16.059</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(344)</b>	<b>(521)</b>	<b>(1.612)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(115)	(285)	(295)
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(71)	(142)	(760)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12a).....	122	208	91
Outras Despesas Operacionais (Nota 12b).....	(280)	(302)	(648)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>1.179</b>	<b>2.358</b>	<b>14.447</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>1.179</b>	<b>2.358</b>	<b>14.449</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)</b> .....	<b>(554)</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(5.719)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....	<b>625</b>	<b>1.344</b>	<b>8.730</b>
Número de ações (Notas 9a e b).....	127.699.786	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	4,89	10,52	68,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2014	2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>1.179</b>	<b>2.358</b>	<b>14.449</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>31</b>	<b>53</b>	<b>116</b>
Provisões Cíveis e Fiscais.....	31	53	116
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b> .....	<b>1.210</b>	<b>2.411</b>	<b>14.565</b>
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(1.020)	2.850	307.441
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(235)	(327)	296
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	130	139	(126)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(73)	(4.959)	(9.538)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>12</b>	<b>114</b>	<b>312.638</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>			
Dividendos Pagos.....	-	(83)	(147.675)
Redução de Capital.....	-	-	(165.000)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>-</b>	<b>(83)</b>	<b>(312.675)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>(37)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	35	16	53
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	47	47	16
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>(37)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas às disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 2 de agosto de 2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 165.000 mil, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituído em dinheiro ao Banco Bradesco Financiamentos S.A., seu único acionista (Nota 9b).

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

#### d) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

#### f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo e com a confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

#### i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	47	16
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b> .....	<b>47</b>	<b>16</b>
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>47</b>	<b>16</b>

### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2014		2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
<b>Títulos (1)</b>						
<b>Títulos para negociação (3):</b>						
Certificados de depósito bancário.....	-	-	-	1.068	1.068	1.068
Debêntures.....	-	-	-	8.865	12.735	12.738
Letras financeiras do tesouro.....	909	156	2.805	8.865	12.735	12.738
Letras do tesouro nacional.....	13.384	-	-	13.384	13.384	-
Letras do tesouro nacional.....	691	-	-	681	681	681
<b>Total em 2014</b> .....	<b>14.974</b>	<b>156</b>	<b>2.805</b>	<b>9.933</b>	<b>27.868</b>	<b>27.871</b>
<b>Total em 2013</b> .....	<b>3.724</b>	<b>1.995</b>	<b>6.317</b>	<b>18.682</b>	<b>-</b>	<b>30.718</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de negociação ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 30.6.2014</b> .....	<b>13.500</b>	<b>4.651</b>	<b>8.887</b>	-	<b>27.038</b>
Lucro Líquido.....	-	-	-	625	625
Destinações: - Reservas.....	-	31	588	(619)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(6)	(6)
<b>Saldos em 31.12.2014</b> .....	<b>13.500</b>	<b>4.682</b>	<b>9.475</b>	-	<b>27.657</b>
<b>Saldos em 31.12.2012</b> .....	<b>172.000</b>	<b>10.679</b>	<b>147.527</b>	-	<b>330.206</b>
Redução de Capital.....	(165.000)	-	-	-	(165.000)
Pagamento de Dividendos com Reserva.....	-	-	(147.527)	-	(147.527)
Lucro Líquido.....	-	-	-	8.730	8.730
Destinações: - Reservas.....	-	436	8.211	(8.647)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(83)	(83)
<b>Saldos em 31.12.2013</b> .....	<b>7.000</b>	<b>11.115</b>	<b>8.211</b>	-	<b>26.326</b>
Aumento de Capital com Reserva.....	6.500	(6.500)	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	1.344	1.344
Destinações: - Reservas.....	-	67	1.264	(1.331)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(13)	(13)
<b>Saldos em 31.12.2014</b> .....	<b>13.500</b>	<b>4.682</b>	<b>9.475</b>	-	<b>27.657</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre 2014		Exercícios findos em 31 de dezembro 2014		Exercícios findos em 31 de dezembro 2013		
	2014	%	2014	%	2013	%	
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>1.365</b>	<b>109,2</b>	<b>2.879</b>	<b>111,3</b>	<b>15.504</b>	<b>101,9</b>	<b>101,9</b>
<b>1.1) Intermediação Financeira</b> .....	<b>1.523</b>	<b>121,8</b>	<b>2.879</b>	<b>115,2</b>	<b>16.059</b>	<b>105,6</b>	<b>105,6</b>
<b>1.2) Outras</b> .....	<b>(158)</b>	<b>(12,6)</b>	<b>(94)</b>	<b>(3,9)</b>	<b>(555)</b>	<b>(3,7)</b>	<b>(3,7)</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(115)</b>	<b>(9,2)</b>	<b>(285)</b>	<b>(11,3)</b>	<b>(295)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1,9)</b>
Contribuições.....	(9)	(0,7)	(9)	(0,4)	(68)	(0,4)	
Propaganda e Publicidade.....	(59)	(4,7)	(152)	(6,1)	(154)	(1,0)	
Serviços Técnicos Especializados.....	(36)	(2,9)	(104)	(4,0)	(53)	(0,3)	
Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	(0,6)	(14)	(0,6)	(15)	(0,2)	
Outras.....	(4)	(0,3)	(6)	(0,2)	(5)	-	
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>2.500</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b> .....	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>2.500</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>1.250</b>	<b>100,0</b>	<b>2.500</b>	<b>100,0</b>	<b>15.209</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>5.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>625</b>	<b>50,0</b>	<b>1.156</b>	<b>46,2</b>	<b>6.479</b>	<b>42,6</b>	<b>42,6</b>
Federal.....	625	50,0	1.156	46,2	6.479	42,6	
<b>5.2) Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>625</b>	<b>50,0</b>	<b>1.344</b>	<b>53,8</b>			

# Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Propaganda e publicidade.....	152	154
Serviços técnicos especializados.....	104	53
Serviços do sistema financeiro.....	14	15
Contribuições.....	9	68
Outras.....	6	5
<b>Total.....</b>	<b>285</b>	<b>295</b>

### 11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
COFINS.....	115	642
PIS.....	19	105
Outras.....	8	13
<b>Total.....</b>	<b>142</b>	<b>760</b>

### 12) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reversão de provisões operacionais.....	141	42
Variações monetárias.....	67	49
<b>Total.....</b>	<b>208</b>	<b>91</b>

#### a) Outras receitas operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Indenizações cíveis.....	-	281
Provisões cíveis.....	43	121
Patrocínio de caráter cultural.....	250	239
Outras.....	9	7
<b>Total.....</b>	<b>302</b>	<b>648</b>

### 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014 Ativos (passivos)	2013 Ativos (passivos)	2014 Receitas (despesas)	2013 Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades:</b>				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto).....	47	16	-	-
<b>Dividendos:</b>				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto).....	(13)	(83)	-	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente no Assembléa Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>2.358</b>	<b>14.449</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente....	(943)	(5.780)
<b>Efeitos no cálculo dos tributos:</b>		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(104)	(95)
Outros valores.....	33	156
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(5.719)</b>

### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos.....</b>	<b>(985)</b>	<b>(5.742)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(29)	23
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(5.719)</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização
Provisões para perda de investimentos.....	256	-	-
<b>Provisões para desvalorização de bens não de uso.....</b>	<b>16</b>	-	-
Provisões fiscais e cíveis.....	214	20	49
Outros valores.....	36	36	36
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6).....</b>	<b>522</b>	<b>56</b>	<b>85</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 8).....</b>	<b>144</b>	<b>27</b>	-
<b>Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>378</b>	<b>29</b>	<b>85</b>

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	82	49	131
2016.....	106	64	170
2017.....	116	70	186
2018.....	4	2	6
<b>Total.....</b>	<b>308</b>	<b>185</b>	<b>493</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 464 mil (2013 - R\$ 492 mil).

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
  - a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
  - o parcelamento de Contribuição de Imposto de Renda sobre o PIS/PASEP e para a COFINS.
- A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.
- d) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.
- e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

## A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

**Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 27 de fevereiro de 2015

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3